

CONTRATO DE PROGRAMA Nº /2021
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CABO VERDE/MG E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BAIXA MOGIANA - CIMOG PARA A GESTÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO, NORMATIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE FORMA ASSOCIADA A SER REALIZADA PELO CIMOG, DENOMINADO SIM CIMOG.

Pelo presente instrumento, o **Município de CABO VERDE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº17.909.599/0001-83, com sede administrativa na Av. Oscar Ornelas nº152 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Cláudio Antônio Palma, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BAIXA MOGIANA - CIMOG**, associação pública de direito pública, inscrita no CNPJ 32.308.233/0001-42, com sede na Rua Joaquim Augusto Ferreira, nº 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé/MG, CEP: 37.800-000, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Custódio Ribeiro Garcia, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO**, nos termos do Programa de Serviço de Inspeção Municipal aprovado por Assembleia Ordinária do CIMOG, ocorrida no dia 12/03/2021, nos termos da Lei 11.107/05, firmam o presente **Contrato de Programa**, mediante as cláusulas e condições abaixo enunciadas:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da legislação aplicável

1.1. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Contrato de Consórcio do CIMOG, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 8.987/1995 no que for aplicável, da Lei Municipal (lei que aprovou o serviço de inspeção consorciado) e da Resolução nº01/2021 do CIMOG.

1.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.



CLÁUSULA SEGUNDA – Da dispensa de licitação

2.1. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA – Especificação do Objeto

3.1. O presente CONTRATO DE PROGRAMA tem por objeto a prestação de serviço público, em regime de gestão associada de serviço público, de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal (SIM-POA) realizada sobre industrialização, beneficiamento, transporte e comercialização de produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito, com os seguintes objetivos:

I - propiciar o acesso ao serviço de inspeção de produtos de origem animal no município consorciado;

II - organizar e gerir o serviço da forma mais conveniente e adequada à realidade do município;

III - unificar, em termos de resultados da qualidade sanitária dos produtos, todos os serviços de inspeção sanitária dos municípios integrantes do consórcio, que firmaram e vierem a firmar Contrato de Programa;

IV - construir as condições técnicas e legais à adesão coletiva ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA;

V - alcançar a equivalência do serviço de inspeção executado pelo CIMOG aos preceitos do Decreto nº 5.741 de 30/03/2006, que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, com as modificações posteriores;

VI - agregar valor aos produtos produzidos pela agricultura familiar através de agroindústrias articuladas em rede;

VII - construir uma identidade aos produtos da agroindústria familiar da região de abrangência do CIMOG;

VIII - constituir e compartilhar equipe técnica capacitada entre os municípios participantes do Contrato de Programa, possibilitando a prestação de serviços de inspeção e fiscalização sanitária, inclusive de assistência técnica;

IX - estruturar o Serviço de Inspeção por meio da aquisição e uso comum de bens e equipamentos e equipe técnica capacitada;

X - compartilhar procedimentos licitatórios e de admissão de pessoal;

XI - permitir o acompanhamento dos serviços de inspeção pelos municípios consorciados por meio de um sistema operacional de dados compartilhados;

XII - produzir informações, estudos técnicos, pesquisas e análise de qualidade dos produtos de origem animal produzidos e comercializados no território do consórcio;

XIII - promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

XIV - apoiar e fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

XV - definir o exercício de competências pertencentes aos profissionais que atuam no Programa, nos termos de autorização ou delegação, previstos em lei, instruções normativas, decretos e outros regulamentos.

XVI - construir as condições técnicas e legais para alcançar autorização do Instituto Mineiro de Agropecuária para livre comércio dos produtos de origem animal, oriundos de agroindústrias rurais de pequeno porte, no Estado de Minas Gerais, conforme artigo 16 do Decreto Estadual nº 45.821 de 19 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA QUARTA – Da Gestão Associada

4.1. A gestão associada de serviço público compreende o exercício das atividades de planejamento, criação, implantação, gestão, execução e coordenação, bem como o poder de polícia de consentimento, regulamentação, fiscalização e aplicação de sanções inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal.

4.2. Incluem-se na regulação dos serviços as atividades de interpretar e fixar critérios para a fiel execução dos serviços.

4.3. A área de atuação do consórcio corresponde à soma dos territórios dos municípios consorciados, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I da Lei 11.107/05, atualmente composto pelos seguintes municípios: ARCEBURGO, AREADO, BOM JESUS DA PENHA, BOTELHOS, CABO VERDE, CONCEIÇÃO DA APARECIDA, GUARANÉSIA, GUAXUPÉ, ITAMOGI, JACUÍ, JURUAIA, MONTE BELO, MONTE SANTO DE MINAS, MUZAMBINHO, NOVA RESENDE E SÃO PEDRO DA UNIÃO.

4.4. O CONSÓRCIO manterá página eletrônica própria, na rede mundial de computadores, constando dentre outras informações a relação de todos os Municípios/UF consorciados.

CLÁUSULA QUINTA – Das Atividades a serem Executadas

5.1. A inspeção e a fiscalização industrial e sanitária de produto de origem animal abrangem os seguintes procedimentos, sem prejuízo de outros previstos em normas federais, estaduais e municipais:

I - inspeção ante mortem e post mortem das diferentes espécies animais;

II - verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos;

III - verificação da prática de higiene e dos hábitos higiênicos pelos manipuladores de alimentos;

IV - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos;

- V - verificação da rotulagem e dos processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;
- VI - coleta de amostras para análises fiscais e avaliação dos resultados de análises físicas, microbiológicas, físicoquímicas, de biologia molecular, histológicas e demais que se fizerem necessárias à verificação da conformidade dos processos produtivos ou dos produtos de origem animal, podendo abranger também aqueles existentes nos mercados de consumo;
- VII - avaliação das informações inerentes à produção primária com implicações na saúde animal e na saúde pública ou das informações que façam parte de acordos internacionais com os países importadores;
- VIII - avaliação do bem-estar dos animais destinados ao abate;
- IX - verificação da água de abastecimento;
- X - fases de obtenção, recebimento, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, armazenagem, acondicionamento, embalagem, rotulagem, expedição e transporte de todos os produtos, comestíveis e não comestíveis, e suas matérias-primas, com adição ou não de vegetais;
- XI - classificação de produtos e derivados, de acordo com os tipos e os padrões fixados em legislação específica ou em fórmulas registradas;
- XII - verificação dos meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias-primas destinados à alimentação humana;
- XIII - controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal;
- XIV - controles de rastreabilidade dos animais, das matérias-primas, dos insumos, dos ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva;
- XV - certificação sanitária dos produtos de origem animal; e
- XVI - outros procedimentos de inspeção, sempre que recomendarem a prática e o desenvolvimento da indústria de produtos de origem animal
- XVII - a classificação do estabelecimento;
- XVIII - o exame das condições para o funcionamento do estabelecimento, de acordo com as exigências higiênico-sanitárias essenciais para a obtenção do título de registro ou de relacionamento, bem como para a transferência de propriedade;
- XIX - a inspeção e a reinspeção dos produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as fases de recepção, produção, industrialização, estocagem, comercialização, aproveitamento e transporte;
- XX - o exame microbiológico, histológico e físico-químico da matéria-prima ou produto;
- XXI - a aplicação de penalidade decorrente de infração;

5.2. A inspeção a ser realizada pelo CONSÓRCIO em caráter permanente consiste na presença do serviço de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização *ante mortem* e *post mortem*, durante as operações de abate das diferentes espécies de animais.

5.3. A inspeção a ser realizada pelo CONSÓRCIO em caráter periódico consiste na presença do serviço de inspeção para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização nos demais estabelecimentos registrados ou relacionados e nas outras instalações industriais dos estabelecimentos de que trata o item 5.2, excetuado o abate.

5.4. O CONSÓRCIO, no âmbito da gestão associada dos serviços de inspeção, executará ações, dentre outras, que visem a:

I - promover a integração dos órgãos municipais de fiscalização por meio da criação de um serviço único de inspeção sanitária;

II - formular diretrizes técnico-normativas de maneira a uniformizar os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitárias, respeitadas as peculiaridades dos municípios consorciados;

III - estabelecer normas complementares, por meio de Resolução, para:

a) classificação dos estabelecimentos;

b) as condições e exigências para registro e cadastro dos estabelecimentos que produzam, distribuam, transportem, armazenem, processem e comercializem produtos de origem animal, como também para as respectivas transferências de propriedade;

c) a higiene dos estabelecimentos;

d) as obrigações dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;

e) a inspeção ante e post mortem dos animais destinados à matança;

f) a inspeção e reinspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

g) a fixação dos tipos e padrões e aprovação de fórmulas de produtos de origem animal;

h) o registro de rótulos e marcas;

i) as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;

j) as análises de laboratórios;

k) o trânsito de produtos e subprodutos e matérias primas de origem animal;

l) especificação técnica que se torne necessária para maior eficiência do serviço de inspeção.

IV - fomentar a produção artesanal por meio de orientação técnica e regulamentação da atividade;

V - estimular o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção;

VI - executar a inspeção sanitária de matéria-prima, da industrialização, beneficiamento, embalagem, distribuição e a comercialização dos produtos de origem animal mediante exercício do poder de polícia;

VII - notificar os produtores e/ou comerciantes que produzirem e/ou comercializarem produtos que não atendam aos requisitos constantes neste regramento;

- VIII - lavrar e instruir os respectivos Autos de Infração;
- IX - solicitar apoio ao Poder Judiciário e à Polícia Militar, quando necessário, para o cumprimento das obrigações dispostas na presente Lei;
- X - apreender produtos que estejam em desacordo com as normas insculpidas na legislação;
- XI - suspender, interditar ou embargar estabelecimentos de produção ou comércio de produtos de origem animal, assim como cassar os respectivos registros, na hipótese de atuação fora dos limites da legislação;
- XII - realizar ações de combate à produção e ao comércio clandestinos de produtos de origem animal;
- XIII - fiscalizar o transporte de produtos de origem animal *in natura*, industrializados e/ou beneficiados destinados ao comércio;
- XIV - realizar outras atividades relacionadas à inspeção e à fiscalização sanitária de produtos de origem animal e os produtos de origem vegetal indicados em leis estaduais e federais, ainda que não expressos na presente norma.

CLÁUSULA SEXTA – Da área de atuação

6.1. O CONSÓRCIO atuará nas seguintes áreas:

I – Abatedouro frigorífico:

- a) Abatedouro frigorífico de carne e derivados;
- b) Abatedouro frigorífico de pescado e derivados;

II – Entrepósitos e Unidades de Beneficiamento:

- a) Carne e derivados
- b) Leite e derivados
- c) Mel e produtos de abelha
- d) Ovos e derivados
- e) Pescado e derivados

DO PRAZO DA GESTÃO ASSOCIADA

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Prazo de vigência do Contrato de Programa

7.1. O presente Contrato de Programa possui prazo de vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de aprovação da Assembleia Geral do CONSÓRCIO e formalizado por meio de termo aditivo.

7.2. O MUNICÍPIO deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, o que será formalizado por meio de Termo de Apostila.

7.3. O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o CONSÓRCIO, nos termos do art. 13, § 4º da Lei 11.107/2005.

7.4. A extinção do contrato de programa não prejudicará as obrigações já constituídas e dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, nos termos do art. 35 do Decreto 6.017/2007.

DOS OBJETIVOS, DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO

CLÁUSULA OITAVA – Dos Objetivos e Metas para cumprimento do Objeto

8.1. Para o cumprimento do objeto deste contrato são determinados os seguintes objetivos gerais de expansão e qualidade dos serviços:

I - Alcançar a qualidade sanitária dos alimentos de origem animal produzidos na área territorial do CONSÓRCIO, pela implantação do Serviço de Inspeção Municipal por meio de gestão associada realizada pelo CONSÓRCIO;

II - Alcançar as agroindústrias, os agricultores familiares e demais estabelecimentos sujeitos à inspeção industrial e sanitária localizados no MUNICÍPIO, incentivados a saírem da clandestinidade, propiciando o aumento de sua produção e o desenvolvimento econômico, contribuindo ativamente com a arrecadação municipal.

III - Criar a consciência em consumidores da importância de adquirir produtos com selo de qualidade e procedência;

IV - Manter equipe técnica de inspeção com profissionais capacitados dimensionada de acordo com o número de produtores e tipo de indústria a serem atendidos;

V - Aplicar melhorias estruturais na sede do Serviço de Inspeção para atendimento ao produtor e representantes do município sempre que necessário;

VI - Manter estrutura física compatível com a realização de inspeções e prestação de serviços;

VII - Realizar adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA;

VIII - Firmar convênio com o IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária visando delegação de competência ao consórcio nos termos dos Arts. 16 e 17 do Decreto Estadual nº 45.821/2011.

8.2. Para o cumprimento do objeto deste contrato são estipulados os objetivos específicos, indicadores e metas para 2020 e 2021 previstos no Anexo I.

8.3. As metas para os exercícios posteriores serão estipuladas no Plano de Ação do Serviço de Inspeção, que será revisto anualmente.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

CLÁUSULA NONA – Obrigações do MUNICÍPIO:



9.1. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO Consorciado:

- I - cumprir a lei municipal que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CONSÓRCIO;
- II - cumprir na sua jurisdição os preceitos estipulados nas normas do CONSÓRCIO, para a plena atenção à sanidade agropecuária, com a participação da sociedade organizada;
- III - definir um responsável para recebimento de documentos, orientação dos produtores e relacionamento direto com o SIM CIMOG;
- IV - disponibilizar ao SIM CIMOG apoio logístico e recursos humanos ao serviço de inspeção para ações no município, quando se fizer necessário;
- V - prever na Lei Orçamentária Anual – LOA os recursos necessários ao presente Contrato de Programa;
- VI - repassar os recursos previstos neste contrato de programa;
- VII - disponibilizar, sempre que solicitado, informações e dados referentes às agroindústrias localizadas no município, a fim de subsidiar ações do consórcio.
- VIII - publicar o extrato deste contrato e de seus aditivos, nos termos da legislação pertinente;
- IX - realizar a cessão de servidores e de equipamentos ao consórcio, nos termos deste Contrato.
- X - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Obrigações do CONSÓRCIO:

10.1. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

- I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa, em especial:
 - a) Fortalecer o Serviço de Inspeção através da celebração de convênios de cooperação e de projetos de investimento e custeio dos serviços;
 - b) Constituir equipe técnica multidisciplinar para executar o Serviço de Inspeção;
 - c) Orientar projetos técnicos de estabelecimentos dentro de preceitos mínimos de construção, equipamento e práticas de fabricação;
 - d) Emitir análise, parecer e aprovação dos estabelecimentos com finalidade de registro no Serviço de Inspeção, com produção destinada ao comércio no território do consórcio.
 - e) Contratar em benefício do Programa serviços laboratoriais, de pesquisa e de capacitação dos técnicos;
 - f) Articular e desenvolver atividades de capacitação em processamento e manipulação de alimentos, boas práticas agropecuárias e de fabricação, organização e gestão de agroindústrias familiares;
 - g) Construir novas relações de mercado e fortalecer o mercado institucional, articulando a oferta com a demanda em espaços e canais alternativos de comercialização com a construção de uma marca de identidade territorial;
 - h) Apoiar a comercialização em bases cooperativas, projetos estruturais, de logística e de serviços, articulando as iniciativas em rede para acesso aos mercados;

- i) Integrar os Serviços de Inspeção através de um sistema de informações e banco de dados relacional;
- j) Apoiar através de projetos agroindustriais os produtos com potencial de identidade geográfica;
- k) Elaborar resoluções para padronização do serviço de inspeção e fiscalização sanitária;
- l) Desenvolver ações de educação sanitária buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral;
- m) Elaborar e encaminhar ao MUNICÍPIO, anualmente, relatório quanto aos serviços contratados, fazendo nele constar um resumo geral das atividades e valores;
- n) Disponibilizar à contratante suas informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segunda a legislação pertinente, relativos as desenvolvimento e ao cumprimento das metas;
- o) Permitir o livre acesso dos representantes do município às informações quanto aos serviços contratados;
- p) Fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos organizações da sociedade civil e demais órgãos de controle.
- q) Durante a vigência deste Contrato, o CIMOG será o único responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos e contratados na prestação de serviços, eximindo, portanto, de responsabilidade o Município Contratante de quaisquer reclamações.
- r) O CIMOG, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, prestará os serviços de maneira que contribuam para a saúde pública e a proteção do meio ambiente, de forma articulada com as políticas públicas de desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico regional, de segurança do alimento, de combate à fome e a pobreza e de apoio à agroindústria familiar e também com o adequado atendimento aos produtores de acordo com o disposto na regulamentação do Programa SIM CIMOG.
- s) Por adequado atendimento aos produtores fica definido aquele serviço prestado em condições efetivas de atualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, generalidade e cortesia no atendimento.
- t) Utilizar equipamentos e instalações necessários à prestação contínua dos serviços, bem como modernizá-los, ampliar sua capacidade e expandi-los de acordo com características técnicas recomendáveis, as necessidades dos municípios e os prazos constantes do presente Contrato.
- u) Arrecadar as taxas do serviço de inspeção.

DA EQUIPE MÍNIMA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Equipe do Serviço de Inspeção

11.1. A equipe completa dimensionada para todos os municípios que compõem o consórcio será composta pelos seguintes profissionais:



PROFISSIONAL	QUANT.	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FORMA DE PROVIMENTO/VÍNCULO
Médico Veterinário – Coordenador	01	20 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Médico Veterinário	01	20 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Engenheiro de Alimentos	01	20 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Agente de Fiscalização	02	40 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Auxiliar Administrativo	01	40 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista

11.2. A equipe mínima para início dos trabalhos será composta pelos seguintes profissionais:

PROFISSIONAL	QUANT.	CARGA HORÁRIA SEMANAL	FORMA DE PROVIMENTO/VÍNCULO
Médico Veterinário – Coordenador	01	20 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Médico Veterinário	01	20 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista
Agente de Fiscalização	01	40 h	Contratação temporária realizada pelo CONSÓRCIO - vínculo celetista

11.2. A equipe será redimensionada após a realização do Plano do Serviço de Inspeção.

11.3. O CONSÓRCIO fará a contratação temporária e/ou concurso público para suprir as necessidades do serviço de inspeção.

DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos equipamentos mínimos para a execução dos serviços de inspeção pelo CONSÓRCIO

12.1. Os bens móveis e imóveis necessários à execução dos serviços de inspeção serão especificados em Plano de Ação, e serão adquiridos por meio de convênios com órgãos federais e estaduais ou adquiridos pelo CONSÓRCIO com recursos desse Contrato de Programa.

12.2. O SIM CIMOG utilizará espaço físico do CIMOG, situada na Rua Joaquim Augusto Ferreira, nº 12, bairro Parque das Orquídeas, em Guaxupé/MG.

12.3. Os bens móveis para guarnecer a sede do serviço de inspeção, necessários ao início das atividades serão custeados pelo CIMOG.

DOS CUSTOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Despesas do Programa SIM CIMOG

13.3. Os custos iniciais do programa SIM CIMOG são fixadas nos seguintes valores:

DESPESA	2020	2021
	(3 MESES)	(12 MESES)
FOLHA DE PAGAMENTO	R\$ 13.870,72	R\$ 95.404,10
COMBUSTÍVEL	R\$ 4.500,00	R\$ 18.000,00
MANUTENÇÃO DO VEÍCULO	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00
MATERIAL	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 24.370,72	R\$ 131.404,10

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Receitas do Programa SIM CIMOG

14.1. Os serviços de inspeção serão arcados com as receitas provenientes de:

- I – arrecadação das taxas previstas na lei;
- II – multas aplicadas nos termos da legislação;
- III – valores provenientes dos Contratos de Programas nos seguintes valores:

Municípios	Valor Mensal
Até 5 mil habitantes	R\$500,00
De 5 mil a 10 mil habitantes	R\$900,00
De 10 mil a 20 mil habitantes	R\$1.200,00
De 20 mil a 40 mil habitantes	R\$3.000,00
Acima de 40 mil	R\$5.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos pagamentos:

O MUNICÍPIO CONTRATANTE pagará ao CIMOG o valor mensal de R\$1.200,00 (Um mil e duzentos reais) a ser depositado em conta específica indicada pelo CIMOG, até o 5º dia útil de cada mês, sob pena de rescisão desse contrato.

O MUNICÍPIO CONTRATANTE autorizará o débito automático em conta corrente do MUNICÍPIO no valor das parcelas mensais ajustadas neste contrato.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Hipóteses de rescisão:

O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- I - Descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;
- II - Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível;
- III - Ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Das penalidades

7.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelo Município Contratante, o presente contrato será rescindido e implicará na desvinculação do Programa, sem prejuízo dos valores por ventura já quitados e daqueles devidos a época da rescisão, devendo, de toda sorte, restituir bens e maquinários porventura cedidos pelo Consórcio para fins de execução do programa.

7.2. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelo Consórcio contratado, o presente contrato será rescindido de pleno direito após a devida notificação por parte do Município Contratante.

DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, APURAÇÃO, SOLUÇÃO DE QUEIXAS E DE RECLAMAÇÕES DOS CIDADÃOS E DEMAIS USUÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Mecanismos de acompanhamento

O mecanismo utilizado para acompanhamento, avaliação, denúncias, apuração, solução de queixas e de reclamações de cidadãos e demais usuários será via telefônica através do número (35) 3551-5664, bem como através do site do CIMOG: www.cimog.mg.gov.br.

DO ADITAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Alteração do Contrato de Programa

O presente contrato poderá ser alterado por meio de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Foro

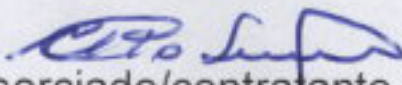
Fica eleito o foro da Comarca do Município Contratante, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

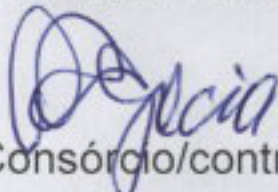
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Disposições Finais

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaxupé, 29 de Setembro de 2021.


Consortiado/contratante
Prefeito Municipal


Consórcio/contratado
Presidente do CIMOG

TESTEMUNHAS: *Beatriz Aparecida Dias Branco*

1) NOME:

CPF: *124.360.746-71*

2) NOME:

CPF *052.197.326-09*

ANEXO I – OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

Objetivo Geral I: Alcançar a qualidade sanitária dos alimentos de origem animal			
ITEM	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	METAS 2020
1	Conhecer a realidade da região e dos municípios signatários do Programa de Inspeção Industrial e Sanitária do CONSÓRCIO	Elaboração de diagnóstico da região, descrevendo as Agroindústrias e estabelecimentos sujeitos à inspeção industrial e sanitária, por tipo e por porte, localização, informar se tem registro no MAPA, no IMA ou em SIM e o responsável técnico	30 dias
2	Elaborar o Planejamento Estratégico do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo CONSÓRCIO	Elaboração o Plano de Ação do Serviço de Inspeção, contemplando matriz SWOT e utilizando as técnicas 5W2H e ciclo PDCA	60 dias
3	Normatizar os serviços	Elaboração dos regulamentos	120 dias
4	Garantir a unicidade do serviço	Organização do Sistema de Informações e Controle dos Documentos	Executar em 60 dias
6	Atender à demanda reprimida de registro dos estabelecimentos sujeitos à inspeção industrial e sanitária, mediante solicitação dos produtores	Migração dos registros dos SIMs existentes para o CONSÓRCIO	Executar em 60 dias
7	Executar atividades de inspeção industrial e sanitária em estabelecimentos de abate, em caráter permanente, incluindo a inspeção ante mortem e post mortem	Vistoria de equivalência para validação dos registros dos estabelecimentos migrados	Executar em 90 dias
8	Executar atividades de inspeção industrial e sanitária em estabelecimentos que não realizem abate, em caráter periódico, programadas de acordo com o risco estimado.	Nº de produtores rurais e empresários com registros no Serviço de Inspeção, provisórios e definitivos a cada ano	60%
9	Executar atividades de análises microbiológicas e físico-químicas da água de abastecimento e de produtos, e	Nº de estabelecimentos de abate vistoriados a cada ano	100%
		Nº de produtores rurais e empresários acompanhados pela equipe técnica	40%
		Nº de análises realizadas	20
			100% até junho
			100%
			80%
			40

	demais testes necessários à verificação da conformidade dos produtos e processos produtivos			
10	Programar e executar procedimentos de verificação oficial dos programas de autocontrole, os quais devem estar descritos, implantados, monitorados e verificados pelos estabelecimentos	Nº de programas verificados	20	40
11	Realizar planejamento e executar procedimentos para avaliar os controles de rastreabilidade implementados pelos estabelecimentos referentes aos animais, matérias primas, insumos, ingredientes e dos produtos ao longo da cadeia produtiva	Nº de avaliações realizadas	20	40
12	Realizar o registro de produtos de origem animal, aprovando embalagens, rotulagem e carimbo de inspeção	Nº de registro de produtos realizados	100	400
13	Realizar coleta de amostras para análises laboratoriais	Nº de amostras coletadas	20	100
14	Realizar processo administrativo para autuação e aplicação de sanção	Nº de processos administrativos realizados	-	20
15	Realizar ações de supervisão	Nº de ações de supervisão	05	20
Objetivo Geral II: Alcançar as agroindústrias e os agricultores familiares do MUNICÍPIO				
16	Realizar seminário para sensibilização dos produtores	Nº de seminários realizados	2	1 em cada município integrante
17	Realizar ações educativas em conjunto com as associações de produtores rurais, em parceria com a EMATER e o SEBRAE	Nº de ações realizadas	2	1 em cada município integrante
18	Realizar vistoria de orientação aos produtores	Nº de Vistorias	10	30
19	Elaborar Programa de Prevenção e Combate à Fraude Econômica	Elaboração do Programa	Elaboração até dezembro	Revisão até junho
20	Elaborar Programa de Combate à Clandestinidade	Elaboração do Programa	Elaboração até dezembro	Revisão até junho
Objetivo Geral III: Conscientizar os consumidores da importância da sanidade do alimento				

21	Realizar seminário para conscientização dos consumidores	Nº de seminários realizados	-	1 em cada município integrante
22	Realizar ações educativas em conjunto com as Secretarias de Educação, CDL, associações comerciais	Nº de ações realizadas	-	1 em cada município integrante
23	Disponibilizar software ou aplicação para recebimento de denúncias por meio do site do Consórcio ou diretamente por meio de aplicativos para smartphones	Descrição do software, licitação e contratação	-	Até agosto
Objetivo Geral IV: Manter equipe técnica de inspeção				
24	Provisão de recursos humanos: Recrutamento e Seleção	Dimensionar a equipe de acordo com a demanda dos municípios signatários do Programa	30 dias	Revisão em junho
		Elaborar os termos de cessão dos servidores públicos e instrumentos congêneres para o Serviço de Inspeção executado pelo Consórcio	30 dias	-
		Planejar a realização de processo seletivo para contratação temporária	90 dias contratações até outubro	contratações remanescentes até março
		Planejar a realização de concurso público para provimento dos empregos públicos necessários à execução das atividades	180 dias	nomeações até dezembro
25	Aplicação de recursos humanos	Estabelecer as atribuições e rotina de atividades de cada membro da equipe	180 dias	Revisão em junho
26	Manutenção de pessoas	Aplicar pesquisa de clima e satisfação da equipe para monitorar a motivação e as necessidades de melhoria	-	Até setembro
		Elaborar Programa de Capacitação de Pessoal	150 dias	Revisão semestral
27	Desenvolvimento de pessoas: capacitação da equipe	Realizar convênio ou instrumento congêneres com o MAPA e/ou com o IMA para capacitação da equipe	150 dias	revisão anual

Objetivo Geral V: Manter a estrutura física do Serviço de Inspeção			
	Levantamento dos bens necessários às atividades de inspeção	40 dias	Revisão em junho
28	Planejar e detalhar a estrutura física necessária ao serviço de inspeção		
29	Elaborar projeto para aquisição dos bens necessários ao serviço de inspeção	60 dias	Revisão anual
30	Prover serviços necessários	60 dias	Anual
Objetivo Geral VI: Realizar adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA			
31	Planejar a adesão ao SUASA	90 dias	-
		120 dias	-
Objetivo Geral VII: Firmar convênio com o IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária			
32	Planejar a realização de convênio com o IMA para delegação de competência	90 dias	-
	Firmar convênio	-	Até março